

Fornecedor: Soft Line Consultoria em Sistemas Ltda.

CNPJ: CNPJ: 01.088.911/0001-85

DEFESA – QUESTIONAMENTO SOBRE ALÍQUOTA DE RAT x FAP

Assunto: Comprovação da alíquota de 0,50% referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (RAT x FAP)

Empresa: Soft Line Consultoria em Sistemas de Informação

Exercício: 2025

Prezado(s),

Em resposta ao questionamento sobre a alíquota de 0,50% declarada a título de Seguro de Acidente de Trabalho (SAT/RAT x FAP), esclarecemos o que segue:

1. Enquadramento no Simples Nacional:

A empresa Soft Line Consultoria em Sistemas de Informação está enquadrada no regime tributário do Simples Nacional, conforme opção devidamente formalizada junto à Receita Federal.

2. CNAEs utilizados:

- CNAE principal: 6209-1/00 – Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação

- CNAE secundário: 6201-5/01 – Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

Ambos os códigos de atividade econômica estão enquadrados no Anexo III do Simples Nacional, o qual não contempla a desoneração da folha de pagamento (Lei nº 12.546/2011), sendo, portanto, a tributação realizada de acordo com o anexo específico.

3. Sobre o RAT e o FAP:

Embora o Decreto nº 3.048/1999 estabeleça alíquotas básicas de 1%, 2% ou 3% para o RAT, multiplicadas pelo FAP (que varia entre 0,5000 e 2,0000), tais alíquotas são aplicáveis às empresas tributadas pelo regime de Lucro Real ou Lucro Presumido, que fazem a apuração via GFIP/SEFIP e devem declarar na DCTF.

Por estar no Simples Nacional, a Soft Line não está sujeita à apuração isolada do RAT x FAP, conforme entendimento consolidado no art. 18, §9º da Lei Complementar nº 123/2006 e nos regulamentos da Receita Federal.

4. DCTF e GFIP:

Empresas do Simples Nacional não estão obrigadas à entrega da DCTF, sendo a apuração e recolhimento dos tributos realizados por meio do PGDAS-D.

5. Sobre a alíquota informada:

A alíquota de 0,50% mencionada refere-se ao percentual interno adotado para fins de rateio proporcional dos tributos, considerando que a aplicação do FAP ao RAT pode resultar em valores inferiores a 1% em empresas de regimes fora do Simples. Neste caso, trata-se apenas de um critério de apropriação contábil, sem qualquer efeito tributário, visto que a empresa recolhe os tributos de acordo com o Simples Nacional, sem segregação individual de SAT/RAT.

Conclusão:

Diante do exposto, não se aplica à empresa a comprovação da alíquota do RAT x FAP por documentação oficial, dado que:

- Está enquadrada no Simples Nacional;
 - Não entrega DCTF;
 - Não realiza recolhimento individualizado do SAT/RAT;
 - A alíquota de 0,50% utilizada é um parâmetro interno e gerencial de rateio.
- Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.